

Edição nº 3794
Terça-feira
13 de outubro de 2015

WWW.SMABC.ORG.BR

Tribuna Metalúrgica



ESPECIAL PPE

ADONIS GUERRA

“Vamos defender o PPE como foi construído”

Rafael Marques, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

ENTENDA O QUE É O PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO, PPE, E A IMPORTÂNCIA DE APROVAR A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 680/15 CONFORME FOI DEBATIDA ENTRE TRABALHADORES, EMPRESÁRIOS E GOVERNO.



**Metalúrgicos (as) do ABC
em defesa do emprego**



PPE PRECISA SER APROVADO PARA PROTEGER OS EMPREGOS NO BRASIL

A partir de hoje, a Câmara dos Deputados começa a analisar a Medida Provisória nº 680/15, que institui o Programa de Proteção ao Emprego, o PPE. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC defende o PPE como um mecanismo para proteger os empregos dos trabalhadores no Brasil em períodos de crise.

A presidenta Dilma Rousseff assinou a MP no dia 6 de julho e o Programa seguiu para análise da Comissão Mista do Congresso.

“Desde a tramitação da MP, o Sindicato cumpre uma ‘peregrinação’ pelo Congresso para defender que o PPE seja aprovado da forma como foi construído em conjunto pelos trabalhadores e governo”, explicou o presidente do Sindicato, Rafael Marques.

Os parlamentares que integram a Comissão Mista apresentaram

175 emendas ao Programa. O relator, deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), aceitou três emendas apresentadas pela bancada patronal e incluiu nos artigos 11 e 12 da MP. Com isso, o texto do PPE modifica o artigo 611 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para que a negociação coletiva prevaleça sobre a lei, mesmo que haja perda de direitos do trabalhador.

“Colocaram uma emenda que não tem nada a ver com o PPE, que não estava em discussão. Ela introduz um novo procedimento nas relações capital e trabalho, que é a prevalência do negociado sobre o legislado, o que não podemos aceitar”, reforçou.

Após o parecer ser aprovado pela Comissão Mista, o Sindicato e as centrais sindicais marcaram reunião com o presidente da Câmara,

Eduardo Cunha (PMDB-RJ), no dia 6 de outubro, para deixar claro que isso não interessa aos trabalhadores no Brasil.

“Cunha concordou que a inclusão do texto dessas emendas no relatório da Comissão Mista não foi apropriada”, contou o presidente do Sindicato. “É uma tentativa de preparar o processo da precarização e nós não vamos concordar em hipótese alguma. Nossa prioridade é que seja apresentada uma emenda supressiva aos artigos 11 e 12 para evitar esse grande prejuízo à classe trabalhadora”, defendeu.

“A CUT e as centrais sindicais defendem o diálogo entre todas as entidades representativas para a retomada do crescimento do País, o que vai garantir efetivamente os empregos dos trabalhadores no Brasil. Atitudes isoladas não contribuem para isso”, concluiu Rafael Marques.

ENTENDA O QUE É O PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO

Depois de quatro anos de luta, os trabalhadores conquistaram um importante mecanismo para manter os empregos, o Programa de Proteção ao Emprego, o PPE, anunciado pela presidenta Dilma Rousseff, no dia 6 de julho. Entenda os principais pontos do Programa.

O que é o PPE?

É um programa do governo federal que tem o objetivo de preservar empregos durante períodos de retração da atividade econômica e, com isso, contribuir para a própria recuperação da economia.

Qual a diferença entre o PPE e outros instrumentos de proteção, como o seguro-desemprego?

A principal diferença do Programa é a manutenção do vínculo empregatício, o que significa inverter a lógica que subsidia o trabalhador depois dele já ter perdido o emprego. O PPE é uma modernização desta relação, um aperfeiçoamento do sistema de proteção.

E o layoff?

O layoff prevê a suspensão temporária do contrato de trabalho e utiliza recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT, para custear o afastamento. No entanto, existe o risco de encerramento de contrato. Isso é muito traumático e tem um efeito psicológico sobre o trabalhador, que reduz consideravelmente seu consumo. Desta forma, a retomada da economia fica mais difícil.

E com o Programa?

Já no PPE, o trabalhador inserido no Programa tem estabilidade pelo período de adesão e mais um terço deste tempo após o encerramento. Com isso, o trabalhador tem uma garantia real de manutenção do posto de trabalho e pode planejar

suas finanças e seu consumo, o que é importante para a retomada do crescimento do País.

Como essa manutenção de postos de trabalho acontece no PPE?

O Programa prevê a redução da jornada de trabalho com redução de salário, durante um determinado período, em até 30% da jornada, com o custeio pelo governo federal da metade do percentual reduzido, até o limite de 65% da maior parcela do seguro-desemprego, o que equivale hoje a R\$ 900,84.

O que é necessário para que o PPE seja adotado em uma empresa?

O sindicato representante da categoria e a empresa devem negociar o acordo para a redução da jornada e do salário, que deverá ser votado em assembleia pelos trabalhadores. Se for aprovado, a empresa deve registrar as bases do acordo no site do Ministério do Trabalho e Emprego, o MTE.

Com esse registro, o PPE pode ser adotado imediatamente?

Não. Quando o PPE foi criado também foi estabelecida a criação do Comitê do Programa de Proteção ao Emprego, o CPPE, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o MTE. Esse Comitê foi responsável pela formulação de critérios de adesão e também tem a responsabilidade de avaliar as condições das empresas, suspensão ou interrupção do PPE, além de poder criar grupos de consulta com a participação igual entre trabalhadores e empresários para acompanhar e propor aperfeiçoamento ao PPE.

Que critérios são esses?

Primeiro, a empresa tem que comprovar que

atravessa uma situação de dificuldade econômica financeira. Depois, comprovar que já adotou todos os mecanismos possíveis para adequar a sua produção ao mercado, como férias coletivas, banco de horas, folgas, entre outros. E claro, para aderir ao PPE, a empresa não pode dever para o governo federal, que significa a obtenção da Certidão Negativa de Débitos.

Pelo Programa, o governo federal complementará a metade do percentual de redução do salário do trabalhador, quem pagará pela outra metade?

O restante que sobrar para atingir o valor integral do salário, mesmo com a redução de jornada, é a contrapartida do trabalhador.

E a empresa?

A empresa está proibida de demitir trabalhadores que tiverem sua jornada de trabalho reduzida pelo período do Programa e mais um terço deste tempo após o encerramento. Isso garante a estabilidade do trabalhador no emprego.

O que acontece se a empresa não cumprir o acordo com o Sindicato?

Pode ser excluída do Programa e ficará impedida de aderir novamente, além de ter que devolver o dinheiro recebido e pagar multa.

Como é feito o pagamento dos trabalhadores que estão no Programa?

O trabalhador recebe normalmente em sua folha de pagamento o repasse para a empresa que é feito por meio da Caixa Econômica Federal.

E os encargos trabalhistas?

O FGTS e o INSS são pagos sobre o valor da compensação.

ALGUNS EXEMPLOS FORA DO BRASIL

Alemanha salva 400 mil empregos durante a crise

Redução de horas de trabalho é prevista na legislação do país desde os anos 50. Operário fica parado e recebe menos...



Aerista. Em 2005, no meio da crise, trabalhador de TWA altera rotas e reduz o salário.

BRASILS PARA
1. Desde os anos 50, a Alemanha possui uma legislação que prevê a redução de horas de trabalho em períodos de crise econômica. Isso garante a estabilidade do trabalhador no emprego...

O Estado de S. Paulo, 21/04/2014

A proposta de criação do Programa de Proteção ao Emprego, PPE, é inspirada em uma iniciativa alemã, conhecida como kurzarbeit, cuja tradução literal é “trabalho curto”, é o modelo de redução de horas previsto na legislação do país europeu desde os anos 50.

A Áustria é o único país que segue o exemplo da Alemanha e utiliza o kurzarbeit, pagando as contribuições de seguridade social para trabalhadores com jornada reduzida durante até 24 meses.

Nos Estados Unidos, as empresas do setor industrial podem usar um mecanismo de redução de jornada em alguns Estados, como Nova York e Califórnia.

A França adotou há 14 anos uma jornada de 35 horas como forma de proteção social. E admite ser necessário processos de negociação que permitam adaptar os acordos às condições particulares dos diversos setores, aceitando inclusive arranjos mais individualizados.

PPE NA BASE



RASSINI – 550 TRABALHADORES
Primeiro PPE na base sai em São Bernardo. Acordo foi negociado entre Sindicato e empresa e aprovado durante assembleia no dia 5 de agosto.

TREFILAÇÃO UNIÃO – 114 TRABALHADORES

No dia 11 de agosto, companheiros na segunda fábrica na base dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo, aprovam PPE.

PRICOL, antiga Melling – 213 TRABALHADORES

Por unanimidade, metalúrgicos na fábrica em Diadema aderem ao Programa em 14 de agosto.



MERCEDES – 10 MIL TRABALHADORES
Em assembleia em 31 de agosto, companheiros aprovam proposta, que garantiu cancelamento de 1.500 demissões e estabilidade por um ano para todos os trabalhadores.

PRENSAS SCHULER – 456 TRABALHADORES

Na Prensas Schuler, em Diadema, trabalhadores aderem ao PPE no dia 4 de setembro. É a quinta empresa da categoria a ter o programa.

VOLKS – 9.300 TRABALHADORES

Volks é a sexta empresa e a segunda montadora na base dos Metalúrgicos do ABC a aprovar a adesão ao PPE. Assembleia aconteceu no dia 17 de setembro.



FORD – 3.800 TRABALHADORES
Companheiros na Ford aprovam PPE no dia 18 de setembro. As 203 demissões anunciadas pela montadora são canceladas e a greve encerrada no nono dia de mobilização.

TOTAL DE TRABALHADORES 25 MIL

RELEMBRE A TRAJETÓRIA DO PPE

A luta dos Metalúrgicos do ABC pelo Programa de Proteção ao Emprego, o PPE, começou em 2011

1 24/11/2011

O presidente do Sindicato na época, Sérgio Nobre, defende a adoção de um sistema de proteção ao emprego inspirado no modelo alemão.

FLORIANO RIOS



2

6/8/2012

O presidente da CUT, Vagner Freitas, apresenta a proposta ao então secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e ao ex-presidente do Sindicato, José Lopez Feijóo.

3

19/9/2012

Comitiva com representantes dos trabalhadores, do governo federal e dos empresários visita a Alemanha para conhecer o sistema que inspirou o Programa brasileiro.

4

28/5/2014

Dirigentes da CUT entregam proposta de proteção ao emprego ao então ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o MDIC, Mauro Borges.

5

14/7/2014

CUT e Força Sindical se reúnem para ampliar projeto com demais centrais.

FOTOS: ADONIS GUERRA



6

29/7/2014

CUT e demais centrais decidem elaborar projeto conjunto para a Proteção ao Emprego.

7

7/8/2014

Sindicalistas entregam projeto do PPE para a presidenta Dilma Rousseff durante ato no Ginásio da Portuguesa.



8

2/9/2014

Em visita ao Sindicato, a presidenta Dilma Rousseff recebe balanço sobre o setor automotivo que aponta para o Programa de Proteção ao Emprego.



9

12/1/2015

20 mil trabalhadores param a Rodovia Anchieta em defesa dos empregos, pelo crescimento econômico e pelo PPE.

10

13/1/2015

Presidente do Sindicato, Rafael Marques, entrega a pauta de reivindicações dos Metalúrgicos do ABC ao então ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto. Um dos pontos principais é a adoção do PPE.

11

28/1/2015

Metalúrgicos do ABC levam 4 mil trabalhadores às ruas no ato pelo Dia Nacional de Luta pelo Emprego e por Direitos. Entre as bandeiras principais de luta está o PPE.



12

13/3/2015

Ato Nacional de Luta na Av. Paulista, em São Paulo, para defender a pauta da classe trabalhadora.

13

15/4/2015

Cerca de 20 mil metalúrgicos do ABC fecham a Rodovia Anchieta durante o Dia Nacional de Paralisação contra o PL 4330, que destrói direitos trabalhistas, e em defesa do PPE.

14

6/7/2015

Com a presença do presidente do Sindicato, Rafael Marques, a presidenta Dilma Rousseff assina a Medida Provisória que institui o Programa de Proteção ao Emprego, o PPE. Texto final da MP foi constituído com a participação dos trabalhadores e do governo.

